

## Política, Imaginação e Memória na argumentação de Joaquim Nabuco: um diagnóstico crítico sobre as nações latino-americanas

Izabel Andrade Marson\*

“Na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana (...) A nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser *humana* ;(...) O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação européia”. (NABUCO, 1963:39-40)

O estreito vínculo entre o “saber” – que associa o conhecimento provindo da observação do presente com a herança dos antigos –, e o “poder” – entendido como autoridade de enunciar propostas de intervenção na política –, foi observado desde o início da modernidade pelo pensamento liberal, conforme já anuncia um dos aforismos do *Novum Organum* - “knowledge and power meet in one” – texto clássico de Francis Bacon. (BACON,1973:19) Segundo referências de uma vasta literatura, esse princípio foi reiterado por pensadores da Ilustração e continuamente reforçado pelo pensamento político e científico europeu de variada tendência ao longo dos séculos XIX e XX.

Ele também orientaria argumentações elaboradas, nesse período, para o debate político no Brasil, dentre as quais se ressalta a de Joaquim Nabuco, escritor, político e historiador cujas teses repercutiram intensamente na literatura, na historiografia e na história do país durante o século XX. Nesse sentido, vale observar como uma determinada linguagem “científica” - ou seja, tecida a partir de informações e figurações apropriadas à história política e natural e às teorias raciais – fundamentou diagnósticos daquele autor para problemas de seu tempo e proposições para o futuro, procedimento que tornou suas obras um exemplo notável de transfiguração da ciência em refinado recurso de intervenção política em seu presente e de domínio sobre a memória do Império. Dessa forma, seus principais textos – *O Abolicionismo*, *Um Estadista do Império*, *Balmaceda*, *A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada* e *Minha Formação* (NABUCO, 1988,1936,2008,1990,1963) – defenderam a abolição do cativeiro e a causa monárquica e condenaram as revoluções (re)modelando situações imaginadas de um amplo passado - da Roma republicana e imperial, da Grécia clássica, do mundo bárbaro, do Antigo Regime europeu e do período colonial latino americano –

---

\* Departamento de História – IFCH – UNICAMP – Pesquisa financiada pelo CNPq

ou apropriadas à literatura, sobretudo européia, para compor representações impactantes da escravidão, da tirania imperial, dos ditadores latino-americanos e das revoluções jacobinas. (MARSON,2008) É importante lembrar que diferentes experiências revolucionárias foram vivenciadas por Nabuco no decorrer de seu percurso: em sua primeira viagem à Europa em 1873, assistiu sessões de julgamentos de réus comprometidos com a Comuna de Paris, e nas décadas de 1880 e 1890, participou de episódios, muitas vezes sangrentos, que precederam e acompanharam a instauração da República no Brasil. Não por acaso, em seus comentários críticos das revoluções reverberam colocações de Edmund Burke, Aléxis de Tocqueville e Hipolyte Taine, historiadores por quem tinha, além de muito apreço, afinidades de origem, formação e atuação profissional.(BURKE,1986;TOCQUEVILLE,1979; TAINE,1904)

A argumentação de Nabuco reiterou continuamente um princípio – “reforma e contra-revolução” - e convicções aristocráticas da prática política inspiradas naqueles autores (KAHAN,2001): a defesa intransigente da liberdade com ordem, da hierarquia social e de estadistas na condução das sociedades sul-americanas em geral e brasileira em particular. Preservando essa orientação, sempre condenou qualquer comprometimento com a agitação popular, ou intervenções de grupos jacobinos que atuaram intensamente durante os primeiros governos republicanos no Brasil (QUEIROZ, 1986). Sobre a sociedade brasileira, tinha uma percepção particularmente desencantada, que se acentuou com o passar dos anos. Entendia que, em virtude do *habitat* inóspito, da mistura de raças e da longa convivência com a escravidão, o povo oscilava entre a indiferença política e a violência irrefletida e anárquica das revoluções, sendo, portanto, “presa fácil dos ditadores”. Por isso, precisava ser preparado para um retorno pacífico e efetivo ao regime monárquico ou, na impossibilidade deste retorno, ser conduzido por bons estadistas na direção de uma “república aristocrática” similar à chilena (NABUCO, 1895, 1890,1896,1949,2005).

A esse respeito, tinha uma opinião diversa da de seus correligionários monarquistas que sempre viveram no país e exerceram a política imperial, com os quais Nabuco tinha um relacionamento bastante complicado que o levou a um quase “isolamento”. Enquanto eles, na década que se seguiu à proclamação da República, apostavam no esforço de acirrar os problemas republicanos para desestabilizar o regime, com denúncias através da imprensa ou, no limite, pela guerra civil, o escritor propunha

um trabalho educativo visando “regenerar” o povo sul-americano, orientar seus dirigentes, contribuir para sua evolução ou, em outros termos, “libertá-lo da escravidão” da ignorância.(JANOTTI,1986)

Visando demonstrar as propostas do político e historiador, em especial como concebia e construía as mediações entre política e história, minha comunicação explicitará argumentos do livro *Balmaceda* (de 1895), no qual Nabuco analisa o episódio da Revolta da Armada do Chile (de 1891) contra o presidente José Manuel Balmaceda, análise que aponta o grande distanciamento entre as duas situações: uma suposta solidez dos fundamentos históricos, sociais e mesológicos daquela “república aristocrática” (garantia do sucesso da revolta), contraposta à “fragilidade” das outras nações latino-americanas, dentre elas o Brasil. Nossa reflexão balizou-se nas seguintes referências: Michel de Certeau e François Hartog fundamentam as mediações entre política e memória (DE CERTEAU, 1975; HARTOG, 1999). A crítica de Marx à historiografia liberal denuncia simplificações e sinaliza a complexidade do jogo político na sociedade burguesa (MARX,1978). E Claude Lefort esclarece a sintonia entre as peças argumentos e a história. (LEFORT, 1983)

### **1. O governo de José Manuel Balmaceda**

José Manuel Balmaceda (1840-1891), governante do Chile entre 1886 e 1891, pertencia à tradicional aristocracia de proprietários de terra de origem castelhana e a uma família de políticos, sendo seu pai, Manuel José Balmaceda, senador e representante de agricultores progressistas da região do Central Valley . Iniciou sua vida política no Partido Nacional (ou *monttvarista*), grupo de origem conservadora cujos mentores - Manuel Montt e Antonio Varas – defendiam um executivo forte e metas progressistas compromissadas com investimentos estrangeiros nas obras públicas e em projetos de colonização e traslado de imigrantes, além de reformas laicizantes no ensino e em prerrogativas da Igreja. (COLLIER e SATER, 1996:119-123).

No final da década de 1870, Balmaceda se integrou à oposição Liberal defendendo, inclusive, a regulamentação do poder executivo e o mandato presidencial de 5 anos. Sua ascensão à chefia do governo constituiu o coroamento de uma longa carreira pública na qual atuou na Câmara dos Deputados, no Senado e em vários cargos ministeriais , o mais recente deles como ministro do Interior no governo liberal de

Domingo de Santa Maria (1881 e 1886), quando teve papel importante durante o conflito contra a Bolívia e o Peru (a Guerra do Pacífico do século XIX -1879-1883). Vitorioso nesse episódio, o Chile incorporou as províncias de Taracapá e Antofagasta, ricas em depósitos de guano e salitre e fonte de grandes empreendimentos de mineração de chilenos e estrangeiros, sobretudo ingleses, estimulados pelo governo (ZEITLIN, 1984:75,87).

Eleito em 1886 por uma coalizão que associou diferentes grupos liberais moderados (doutrinário, democrático e *mocetón*) com o Partido Nacional - representativos da burguesia chilena constituída nos últimos 30 anos - deu continuidade á política iniciada no final da década de 1870 pelos governos de conciliação “liberal-nacional” de Frederico Errázuriz, Aníbal Pinto e Santa Maria. Apesar da prática de mandatos mais curtos, nestas administrações o poder executivo ainda se destacou frente ao Congresso, respaldado pelas contingências da crise econômica internacional vivida naquela década e da guerra com os países vizinhos. COLLIER e SATER, 1996: 71-150; ZEITLIN, 1984:21- 70).

Por sua iniciativa, e apoio do Parlamento, Balmaceda criou o Ministério da Indústria e Obras Públicas, e com recursos dos impostos da exploração do salitre desenvolveu intenso programa de construções na capital - a canalização do rio Mapocho, iluminação a gás, telégrafo, prédios, escolas públicas, a Escola de Medicina, a de Artes e Ofícios, a Escola Naval e Militar; e nas províncias – muitos trechos de vias férreas, pontes, estradas, portos. Tais realizações mantiveram o incentivo ao tradicional comércio com a Europa e Estados Unidos mas, também, à produção da indústria chilena, estabelecida no período da guerra com a Bolívia e o Peru, especialmente nos setores da mineração de cobre, prata, carvão e nas fundições que produziam trilhos, locomotivas, implementos da indústria naval e bélica. Além de investir na modernização do Exército e da Armada, Balmaceda priorizou projetos de colonização no centro e sul do país que expandiam o cultivo de cereais (trigo e cevada) para o consumo interno e para a exportação.(COLLIER e SATER, 1996:137-138; ZEITLIN,1984:82-83)

Entretanto, seu governo enfrentou dificuldades para conciliar interesses dos diferentes segmentos da elite chilena representados na coalizão que o elegeu. Nesse sentido, apareceram discordâncias sobre a alocação dos recursos do Estado e sobre a

intervenção do executivo nos negócios privados, problemas acentuados pelo término da guerra (o que cobrou uma reorientação dos investimentos) e pela crise econômica internacional ainda em curso nos anos de 1880, responsável pela queda da demanda e preços do salitre, do cobre e dos cereais nos mercados europeus. Enquanto a maior parte dos Congressistas (conservadores e liberais doutrinários) defendia uma política liberal ortodoxa – caracterizada pela autonomia dos investimentos privados, o incentivo ao comércio de exportação e a todas as atividades implementadas pelo capital estrangeiro associado ou não aos investidores chilenos - Balmaceda gradativamente pendeu para setores nacionalizados - mineração, fundições, estaleiros e empresas agrícolas - ainda na expectativa de dar ao país mais resistência frente as crise internacionais.

No intuito de “protege-los” da competição estrangeira propôs medidas muito polêmicas, ou a criação de órgãos estatais - um banco para gerir os recursos provindos dos impostos; uma empresa de exploração do salitre, que carresse para os cofres públicos parte da riqueza auferida com aquele valioso produto; e vias férreas públicas e particulares, que oferecessem traslado a preços acessíveis aos produtores. E, mais problemático, tentou aprovar incisivas restrições à prevalência do capital estrangeiro nos negócios e à formação de monopólios nas obras públicas, na mineração e na agricultura. No conjunto, tais decisões contrariaram muitos interesses levando à perda da maioria no Congresso (1889) sobretudo quando externou com clareza a diretriz maior de seu governo - “O Chile para os Chilenos” – e escolheu como sucessor Enrique Salvador Sanfuentes, conhecido por suas opções nacionalistas. ( ZEITLIN, 1984:71-133)

Dessas divergências decorreram seguidas crises políticas, 13 gabinetes, rompimentos – tanto com correligionários quanto com conservadores – e uma bem articulada oposição denominada *cuadrilátero* que aproximou muitos liberais moderados, dos Nacionais, dos Conservadores e dos Radicais exaltados. No geral, os impasses mais graves ocorreram a partir da exclusão dos Nacionais dos gabinetes, das tentativas de implementar as reformas econômicas acima mencionadas e de adaptar o sistema parlamentarista chileno à prática presidencialista inspirada no exemplo dos Estados Unidos, mais especialmente definir os poderes do executivo e do legislativo, promover a autonomia local e estabelecer o mandato presidencial de 6 anos. Tais medidas descontentaram a aristocracia e empresários aos quais estavam relacionada

(banqueiros, exportadores e firmas mineradoras inglesas e de capital misto) que insistiam no avanço de alterações constitucionais visando atribuir ao Congresso primazia na condução do governo. (COLLIER, S. e SATER,1996:17-18,153)

O choque entre o Executivo e o Legislativo e a firme decisão do grupo de Balmaceda na concretização das reformas levaram o país a mais uma guerra civil, decorrida entre janeiro e setembro de 1891, da qual resultariam várias batalhas (destacando-se a de Concón e Placilla), a derrota dos balmacedistas, o suicídio do presidente em 19 de setembro de 1891 (dia seguinte à data em que finalizaria sua gestão) e aproximadamente 10.000 mortos. Ela principiou em janeiro daquele ano após impasse entre a presidência e o Congresso devido à recusa dos parlamentares em aprovar a lei do orçamento e da força militar para o ano de 1891. Sem recursos, Balmaceda usou de um subterfúgio, segundo ele, permitido pela constituição: renovou, à revelia do Senado e da Câmara, que se encontrava em recesso, a lei de orçamento deliberada no ano anterior, ato interpretado por seus adversários como um “golpe de estado” longamente premeditado, instaurador de uma ditadura que violava a Constituição do país. (ZEITLIN,1984: 84-87)

Sentindo-se atingidos em seus direitos constitucionais, as chefias parlamentares se rebelaram juntamente com seus respectivos grupos políticos, apoiadas na Armada chilena, barcos mercantes ingleses, na aristocracia, grandes comerciantes, banqueiros, empresas estrangeiras de mineração de salitre (com seus trabalhadores) e grupos urbanos afetados pelas medidas de excessão que se seguiram à deflagração da guerra civil. Enquanto os rebeldes instituíam (em fevereiro) após Ato de Deposição do presidente, uma Junta de Governo na cidade de Iquique (no norte) - composta por Waldo Silva (vice-presidente do Senado), Ramón Barros Luco (presidente da Câmara) e Jorge Montt Alvarez (capitão de navio e chefe da Junta) -, com respaldo de chefias e oficiais do Exército (a quem concedera muitos incentivos), e milícias organizadas por empresários do cobre, da indústria nacional e agricultura comercial, Balmaceda enfrentou a rebelião do Parlamento e convocou eleições para um novo Congresso Constituinte, que foi aberto em abril de 1891, portanto, já no decorrer da guerra civil, a quarta, e a mais sangrenta e singular que o Chile enfrentou naquele século. (ZEITLIN,1984:38-48; COLLIER e SATER 1996 :153-154)

## 2. Razões históricas do sucesso da revolta da Armada no Chile

As dúvidas de Nabuco quanto à possibilidade de (re)condução da sociedade brasileira ao regime monárquico – escolha que, apesar das incertezas, ainda considerava a mais acertada -, e suas fortes restrições ao jacobinismo emergiram em escritos para a imprensa (de janeiro a março de 1895) transformados no livro *Balmaceda*, no qual defendeu empenhadamente a vitoriosa revolta da Armada chilena contra o presidente José Manuel Balmaceda, a quem, retomando a terminologia dos Congressistas mais conservadores, considerou um “tirano”, um chefe de governo capaz de levar o país ao extermínio. (NABUCO,2008:131)

O livro também teve por intuito fazer uma avaliação crítica de outra obra, de título *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891* divulgada em Paris em 1894, na qual Júlio Bañados Espinosa<sup>1</sup>, ministro em vários gabinetes do governo deposto e exilado naquela cidade, historiou a atuação do presidente (a pedido do próprio Balmaceda, que lhe franqueou a documentação necessária) e justificou sua resistência “legítima” à revolta aristocrática que o derrubara após sangrenta guerra civil. Em sentido oposto, e atuando como advogado de defesa dos resistentes, Nabuco buscou desmentir as colocações de Bañados, “um defensor de Balmaceda e acusador da Revolução”, e autor de uma “defesa política ou apologia histórica”. Apesar de reconhecer no evento uma “dissensão na oligarquia” que até então governara o país, o que facilitou os avanços do “ditador”; admitir “novas aspirações” na sociedade chilena e conceber o “balmacedismo” como “núcleo de uma nova fundação política” que contava com o apoio do exército “tirado do povo”, Nabuco recusou conferir popularidade ao presidente vencido, apresentando-o tão somente como o comandante do “assalto da turbamulta às posições defendidas pela antiga sociedade”, e uma “aparição imprevista” na história chilena porque “evocação do gênio sul-americano da ditadura, que nunca havia penetrado nela”. (NABUCO, 2008:43)

Assim, fez questão de frisar que pelo fato “de sentir pelas classes governantes o respeito de quem sempre obedeceu”; “não estar associado à vida política do país” e, por cautela ou desconhecimento de qualquer interesse imediato, “o povo” não dera apoio

---

<sup>1</sup>ESPINOZA, Julio Bañados. *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891*. Paris:Garnier Hermanos, 1894. 2v. O primeiro volume aborda especialmente a figura de Balmaceda e seu governo (1886-1890), enquanto que o segundo foca os episódios da guerra civil e a perseguição aos balmacedistas após a derrota em campo de batalha.

explícito ao governo e, de início, também se mantivera indiferente à “revolução”. (NABUCO,2008:133-34) Recolhendo informações em textos de intelectuais adversários do presidente deposto - *Revolución Chilena*, de Gil Juan (pseudônimo do deputado conservador Javier Vial Solar); *La tirania y la revolución, ou sea, relaciones de la administración com La política, estudiada a La luz de los ultimos acontecimientos*, do deputado liberal radical Valentin Letelier Madariaga (1891); e também no depoimento do diplomata alemão barão von Gutschimid - Nabuco atribuiu ao termo “revolução” um sentido conservador, qual seja, de um movimento que reconduzira a sociedade ao seu curso “legítimo” e original. (ARENDDT, 1988:34; REY,1989).

Nesse sentido, considerou a revolta uma iniciativa restauradora de uma tradição liberal solidamente estabelecida no país, liderada por autoridades regularmente constituídas - comandantes da marinha, chefias do parlamento, representantes de uma “oligarquia” de grandes proprietários e empresários - afastados por um “golpe anticonstitucional” perpetrado por Balmaceda e por chefias do exército. Nessa leitura, espelhou a guerra civil chilena na interpretação de Edmund Burke para a primeira manifestação da Revolução Inglesa, momento de fundação do parlamentarismo na Inglaterra – ou seja, “da grande luta entre a Realeza e o Parlamento, da qual se faz datar a maioria do governo representativo”, mais precisamente o confronto entre Carlos I e o Parlamento ocorrido em 1648. Isso porque, “o Chile tinha um organismo vigoroso. A resistência portanto devia manifestar-se pelo Poder Judiciário e dele descer até as últimas camadas”. (NABUCO, 2008:43, 116)

Partindo do pressuposto de que a tradição política republicana e liberal chilena estava ao lado da revolução e não de Balmaceda - partidário de um presidencialismo autoritário que visava abrir espaço para “elementos desconhecidos, anônimos, democráticos” com pretensões jacobinas, portanto uma ameaça ao parlamentarismo -, contrapondo-se a Bañados, Nabuco narrou os acontecimentos - desde a eleição do futuro “ditador” até o final da guerra civil que culminou com seu suicídio - para demonstrar as várias razões de sua legitimidade. A mais importante delas, além do desrespeito à Constituição, ao Congresso e à tradição parlamentarista chilena, seria a “comunhão de interesses” entre a aristocracia do país – com perfil muito próximo ao da aristocracia inglesa - e “as classes populares”, pois os chilenos não tinham afinidade histórica com o jacobinismo, porque “o povo é desinteressado, o seu pouco

desenvolvimento intelectual não permite que se enxerte nele a cultura revolucionária [francesa] de 93”. Por esse motivo, e pelo reconhecimento que este povo tinha acerca da inteireza moral dos revolucionários, ainda inspirando-se em Burke e também em Hippolyte Taine, asseverou que, efetivamente, embora Balmaceda representasse uma “inovação social”, a população do Chile, em sua maioria, apoiou a aristocracia e as instituições tradicionais pois “o poderio político do antigo Chile tinha ainda raízes profundas, mesmo populares” e “o povo não conhecia o ressentimento que tornava simpáticas as idéias de cunho socialista”. Conclui: A derrota de Balmaceda é a melhor prova de que o Chile não se dividiu. Desse modo, a aristocracia e as massas, acabaram coincidindo no mesmo pensamento:

“O poderio político do antigo Chile tinha, porém, ainda raízes profundas, mesmo populares. O povo não estava minado pela inveja, estava longe da teoria, não conhecia o ressentimento que tornava simpáticas as idéias de cunho socialista. A aristocracia chilena, que é real e que existe em virtude principalmente de suas fortunas territoriais, tem alguma coisa do espírito nacional da aristocracia inglesa, mantém-se em comunhão de interesses com as classes populares e procurou cada vez mais apoiar-se nelas. Os processos da Ditadura tornavam-se odiosos ao povo, nesse estado de espírito. Em França, durante a Revolução, os camponeses aplaudiram a venda dos antigos castelos à burguesia enquanto no Chile os inquilinos não estavam no ponto de cobiça e rancor (...) o povo é desinteressado, o seu pouco desenvolvimento intelectual não permite que se enxerte nela a cultura revolucionária de 93 [ o Terror] “ (NABUCO, 2008:133-36)

Também deu especial atenção às condições e estratégias consistentes que, em seu entender, permitiram o sucesso do movimento. Do ponto de vista externo, a colaboração dos vizinhos – da Bolívia e do Peru – além de algum apoio da Inglaterra, França e Estados Unidos<sup>2</sup>. Afora essa importante anuência, internamente registrou-se “calma, ordem, sangue-frio, unidade de vistas, concurso de todos, graduação hierárquica, como uma grande deliberação nacional”, além do planejamento militar e do domínio sobre a costa do país. (NABUCO, 2008:149)

O reforço desses argumentos teve por objetivo corrigir a tese de Bañados de que o sucesso da revolução deveria ser atribuído a uma “traição” ocorrida no interior da tropa de Balmaceda, da qual resultara a “interrupção dos caminhos de ferro”, instrumento vital para a concentração das forças governistas já que praticamente todo o litoral estava

---

<sup>2</sup> O apoio francês e inglês aos revolucionários foi expressivo e decisivo; mas o americano citado por Nabuco não tem respaldo nas informações bibliográficas. Pelo contrário, as decisões daquele governo, em nome da neutralidade, auxiliaram Balmaceda..(COLLIER e SATER,1996:155)

dominado por barcos dos adversários. Nabuco rebateu: não teria havido traição ou interrupção mas, por um lado, “confiança na ação revolucionária que tinha um caráter de uma eletrização nacional”; por outro o “fatalismo sem fé” com que os soldados de Balmaceda combatiam. Além disso, foi essencial a competência – símile da precisão dos organismos naturais - com que agiram os comandos rebeldes:

Nenhum desses preparativos de resistência [das tropas de Balmaceda] perturbou a serenidade do estado-maior revolucionário. Não há, ao que parece, na ciência do instinto animal nenhum segredo mais maravilhoso do que a certeza dos golpes com que o *sphex* paralisa a presa que dá a devorar viva às suas larvas. Quando a vítima é um verme, são nove golpes de agulhão nos nove centros nervosos do corpo, nem um a mais, nem um de menos, diz o observador. Quando é a aranha, é uma só picada no grande gânglio em que se acha reunida a maior parte da substancia nervosa. O golpe do estado-maior congressista sobre o poderio militar de Balmaceda faz lembrar a precisão instintiva do *sphex* ferindo a aranha; é um só golpe no grande gânglio em que está reunida a sua força”. (NABUCO, 2008:133,152-3)

Além do descompasso entre os objetivos do governo Balmaceda e a sociedade chilena como um todo, também com as camadas populares, e da incompetência de seus subordinados, Nabuco atribui o fracasso do governo aos equívocos das expectativas políticas do presidente, mais especialmente sua determinação em implementar um programa “científico” de reformas na Constituição – verdadeira revolução - visando o fortalecimento do Executivo à revelia dos representantes e dos tradicionais anseios do país. Nesse empenho em concretizar uma “política científica” veiculadora de uma república de matiz nacionalista e positivista que se fundamentava numa “sabedoria abstrata, síntese das experiências vividas”, Balmaceda desrespeitara o bom senso e a tradição histórica chilena e ignorara que “a política em si mesma é uma arte tão prática como a conduta do homem na vida”, premissa que orientara os grandes homens de Estado progressistas, pois:

“O estadista que aprendeu a governar nos livros é um mito, e provavelmente os Pitts, os Bismarcks, os Cavours do futuro hão de se formar na mesma escola que eles. Conhecer o país, conhecer os homens, conhecer-se a si mesmo, há de ser sempre a parte principal da ciência do homem de Estado.” (NABUCO, 2008:75)

### **3. A formação histórica do Chile e do Brasil em contraponto**

Contudo, além da preocupação de construir um libelo de defesa dos rebeldes chilenos que lutaram pela restauração da república parlamentarista, e um juízo

condenatório dos atos do “ditador” Balmaceda - desfazendo assim a imagem do “mártir” divulgada por Bañados - o texto teve outras motivações importantes para o debate político no Brasil. Ou seja, Nabuco se vale do evento para realizar um estudo comparativo da experiência histórica chilena e brasileira no século XIX e das repúblicas instauradas nos dois países, no intuito de reconhecer, e esclarecer, as diferenças políticas, sociais e de formação histórica entre as duas nações. Nessa análise, reafirma singularidades e fragilidades da sociedade brasileira: a ausência de uma aristocracia dotada de tradição – como a inglesa e a chilena – ou seja, sólida, hierarquizada, “progressista”, congregada em torno de interesses comuns e responsável por uma unidade nacional legitimada por efetivo código liberal. Conclui: “O Chile tinha um governo forte como nós nunca tivemos”. (NABUCO, 2008:211)

No Brasil, em virtude do descompasso entre o povo e a elite política, e mesmo entre as elites regionais, apenas a monarquia, conduzida pelo Imperador e por alguns estadistas que ascenderam por seu mérito pessoal, fora a garantia de liberdade e unidade frágeis como “uma teia de uma tenuidade invisível”, que congregara uma “oligarquia” recente e com fácil acesso aos órgãos de decisão política. Destruir a monarquia, “construção aérea e delicada para por no lugar uma teoria” republicana fora uma temeridade, “uma ausência de senso prático”. (NABUCO, 2008:202-3)

Por este diagnóstico histórico, ao qual também associou argumentos mesológicos que conferiram grande importância ao clima, às diversas formações geológicas dos países americanos e às raças que compuseram sua população, Nabuco pode apontar os fundamentos do sucesso republicano no Chile, assim como nos Estados Unidos - exceções no continente - e explicar o preocupante “estado político atual da América Latina” e de seus frágeis governos republicanos. Acentuando o distanciamento entre a sociedade e os regimes do Brasil e do Chile, apontou as razões mais profundas da queda da monarquia brasileira e dos empecilhos à sua restauração: tratava-se de um quadro de imaturidade histórica e política da aristocracia nacional, decorrentes dos condicionamentos físicos e geográficos, da vivência da escravidão e da perfeita proteção proporcionada por um Imperador sábio e bom. Assim, a nação se constituía em ambiente inóspito e degradante pela miscigenação de raças bárbaras; e fora “criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica”, protegida “por uma ausência total de perigo em mais de cinquenta anos”. Insegura por ter sido poupada

dos conflitos, sua aristocracia fora tomada de “pânico” diante da força do golpe militar de 15 de novembro, pois não tinha recursos para fazer frente ao militarismo (uma “hipertrofia do poder”) repetindo, dessa forma, a experiência romana quando “nos últimos tempos do Império a velha sociedade romana abandonava os seus palácios dourados das cidades e as vilas de mármore, (...) para aparecer como escravos suplicantes diante dos chefes bárbaros”. Em outras palavras, a aristocracia brasileira, assim como os grupos dominantes de vários outros países, não tinha preparo e maturidade para “conter o governo dentro de certos limites extremos”. Nesse sentido, a liberdade vivida durante a monarquia só havia sido possível porque “o poder havia contido a si mesmo”. Em vivência oposta “a revolução do Chile, como para a União americana a Guerra de Secessão (...) servira para cimentar, dar estabilidade definitiva ao edifício nacional” (NABUCO, 2008:216-18)

Mas, também considerou que a república implantada no Brasil, e suas congêneres latino-americanas, sustentavam-se pela ação do “ímã do continente suspenso no Capitólio”, ou seja, pelo apoio americano (fartamente demonstrado na guerra civil recentemente vivida) que integrara o país “num sistema político mais vasto”, agora objeto de atenção do historiador. Embora não se pudesse negar que haviam concorrido para a instauração da República no Brasil, a data do centenário da Revolução francesa e “sua influência literária sobre a imaginação da nossa mocidade”, não teria sido menor o “arrastamento americano” que, certamente, prevaleceria ao europeu no continente.

A eficácia desse “ímã” tinha várias explicações. A primeira dizia respeito ao fato dos países europeus não poderem atuar aqui através de uma “recolonização” da América ou da fundação de “protetorados”, como vinham fazendo na África e na Ásia – tanto em virtude de impedimentos estruturais - a incapacidade de “nossos organismo anêmicos, alguns mesmo raquíticos” de assimilar uma grande imigração européia - quanto políticos – ou seja, esses protetorados resultariam numa ameaça ao “equilíbrio europeu”. (NABUCO, 2008:220)

Por outro lado, a forte atração pelo “Monroísmo”, ou seja, a doutrina de Monroe (“a América para os americanos”) se sustentou porque os Estados Unidos não tinham por meta criar “colônias” na América Latina pois “causariam um profundo desequilíbrio em seu sistema de governo e uma incalculável deterioração de sua raça”. Assim, “a redenção dos países centro e sul-americanos”, ou a superação do “estado permanente de

desgoverno, de anarquia” existente naqueles países, pressupunha, além da atração americana, a ação de expoentes nacionais preparados, cuja tarefa seria “ampará-los contra seus governos extortores” e fazer “ crescer em cada um deles a consciência do direito, da Liberdade e da Lei que neles não existem”. Isso significaria, naquele momento, “estudar” e tirar lições da revolução chilena no sentido de ali reconhecer instituições e procedimentos para uma política “redentora” capaz de neles fundar repúblicas sólidas e aceitáveis, tarefa que Nabuco justamente tentava concretizar.

“Desde que é preciso aceitar o inelutável, o estudo da revolução Chilena tem grande interesse para nós do ponto de vista da evolução do hemisfério (...) a manutenção de um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal o atraiu o desaproveitamento da África. Como se fará a redenção dos países centro e sul-americanos? Onde acharão eles amparo contra seus governos extortores? Como se fará crescer em cada um deles a consciência do direito, da Liberdade e da Lei que neles não existem, porque não podem ter sanção alguma? (...) (NABUCO, 2008:120-22)

#### **4. Lições da revolta chilena**

Quais lições o historiador apreendeu das revoltas das Armadas chilena e brasileira e quais soluções esse estudo lhe sugeriu?

Em primeiro lugar que, dados os motivos acima apontados, a república tornara-se um desfecho incontornável, na América. Em segundo, que os regimes republicanos instaurados na maior parte do território do continente eram insatisfatórios, “degenerados” mesmo, e responsáveis pelo “estado de anarquia” vigente em quase todas as nações americanas exceção feita aos países de matriz ou influência anglo-saxônica, como os Estados Unidos e o Chile. Terceiro, que a solução desse problema dependeria de medidas sinalizadas pelos próprios exemplos locais, ou seja, dever-se-ia encontrar “soluções dentro de cada um dos países” e na troca de experiências entre todos eles, mediadas por um órgão supra-nacional, uma Liga Liberal do continente composta “por homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura européia”. Lembrando as instituições políticas do Império, provindas das orientações de Benjamin Constant, a Liga funcionaria como um extenso “Poder Moderador” sobre todas as nações em estado de “ desgoverno e a anarquia”. (NABUCO, 2008:220-23) A ele caberia gerenciar os conflitos – resolver “revoluções mal curadas” exercitar “conciliações” entre vencedores e vencidos, como ocorrera no Chile:

“A solução tem que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate (...) Em todos os países há homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura européia e que podem formar a Liga Liberal do continente. A causa é de fato comum.” (NABUCO, 2008:214)

Dessa forma, o desfecho da guerra civil chilena, único quando contraposto às outras revoluções sul-americanas - inclusive a do Brasil - demonstrava como, apesar das incontornáveis diferenças, seria possível, talvez, visualizar, a longuíssimo prazo e mediante intenso trabalho educativo levado a termo pela Liga Liberal do continente, uma solução republicana aristocrática solidamente estabelecida - ou seja com instituições realmente dignas desse nome - para os outros países latino-americanos. Daí, a importância da vitória das forças da oligarquia e da derrota de Balmaceda, para o continente e para o analista: ela revelara a força e importância da tradição na preservação da “liberdade” e na vitória contra o jacobinismo:

“por isso, se o Chile politicamente se esfacelasse; se perdesse as noções de moral social que formam sua coesão (...) a perda seria de toda civilização sul-americana. Desde que nossas antigas instituições em vez de serem aproveitadas foram lançadas fora, as do Chile ficaram sendo as únicas que na América merecem realmente o nome de Instituições. Vê-las desaparecer quase em seguida às nossas, seria mais uma tristeza para os que acompanham a terrível dança macabra do continente. Felizmente o Chile mostrou, por instinto, apreciar, como o grande segredo da sua força, a continuidade de sua liberdade, imemorial hoje, desde que as gerações atuais não lhe conheciam a origem””. (NABUCO, 2008:222-3)

No entender de Nabuco, fora a percepção tardia dessa força que levava Balmaceda – um trãnsfuga da aristocracia chilena – ao suicídio. Assim, ele não poderia ser, como queria perpetuar a obra de Bañados, um “mártir” da revolução:

“O seu suicídio é indiretamente uma homenagem à solidez do antigo Chile que o havia vencido. O sr. Bañados refere que, momentos antes da morte, Balmaceda esteve a contemplar da umbreira da janela a cordilheira dos Andes, coberta de neves perpétuas.(...) talvez ele visse na Cordilheira a imagem da antiga sociedade que pensara destruir, a sua formação áspera, a sua elevação lenta, por último a glória, a cultura, a riqueza que lhe revestia os cimos, como essa neve brilhante. Que fora na vida dessa sociedade, ele, seu partido, a guerra civil? Uma avalanche – nada mais, que se desprendera com fragor dos cimos nevados, deixando o panorama exatamente o mesmo aos olhos do observador, envolvido no mesmo silêncio e na mesma luz.” (NABUCO, 2008:188)

## Considerações Finais

Mas, para além da tragédia do homem que rígido e egoísta não tivera argúcia e sensibilidade para compreender as tradições de seu país, Nabuco também identifica, e condena, o governante que tentara impor a ele teorias pautadas em “sabedoria abstrata” e “alheia” à formação da nação chilena, conforme vimos, remetidas à ciência em sua concepção positivista. Comentando o equívoco de Balmaceda em acreditar numa reforma política “científica” considerou :

“Essa sugestão científica a que obedece Balmaceda mostra a superficialidade da segunda natureza que ele adquiriu no governo. O espírito dos estadistas chilenos não pode deixar de ser refratário a saturações dessa ordem, sobretudo quando alheias a toda sua formação anterior. Uma vez eu observava ao meu querido mestre, o barão de Tauphoeus, o que me parecia ser uma inferioridade da raça inglesa, a sua dificuldade de apreender idéias estranhas. Ele fez-me a esse respeito (...) uma brilhante demonstração de que essa impermeabilidade era exatamente a qualidade mestra dos ingleses, a causa de sua primazia, o característico de sua originalidade e do seu gênio. Também os chilenos, quer-me parecer, devem parte da sua força à resistência que oferecem às idéias de importação, a modos de pensar e de sentir alheios” (NABUCO, 2008:77-8)

O trecho é particularmente sugestivo pois, ao mesmo tempo que destaca originalidades – ou “a resistência às idéias de importação, a modos de pensar e de sentir alheios” – tem por referência um modelo ideal depositário da sabedoria efetiva de toda a humanidade - o inglês, na Europa e na América, seu similar, o chileno. De fato, valendo-se de um imaginário europeu – advindo da história inglesa – focada no momento da Revolução do séc. XVII; e francesa, nas circunstâncias da Revolução de 1789, associado a exemplos da história natural, Nabuco valorizou uma dada figuração da sociedade chilena e explicou o fracasso do evento Balmaceda. Da mesma forma, idealizações do Império Romano iluminaram o perfil da monarquia brasileira e o comportamento “imaturo” de sua aristocracia diante do movimento militar que instaurou a República. Ou seja, em ambos os casos, figuras literárias, ou apropriadas ao mundo da natureza, avalizaram uma argumentação cujo intuito maior era firmar uma determinada memória do episódio Balmaceda para distanciar o Chile das outras repúblicas sul-americanas, e propor um projeto político conservador para reeducá-las.

Um cotejamento entre essas imagens e as informações apresentadas no início deste texto sobre os acontecimentos chilenos sinaliza sensíveis discrepâncias e, sobretudo, os recursos manejados pelo historiador na construção de uma memória interessada. Assim, seria no mínimo temerário conceber Balmaceda como um “jacobino” que, negando seus

ancestrais, romperá uma tradição parlamentarista “solidamente” estabelecida no país; ou como comandante do “assalto da turbamulta” inspirada nos revolucionários franceses de 1793 “às posições defendidas pela antiga sociedade”; ou, ainda, admitir uma sintonia de interesses, quando não inteira identificação, entre a aristocracia e as classes populares no Chile.

Noutra direção, as ocorrências naquele país, sobretudo na segunda metade do século XIX, apontam uma seqüência de confrontos sangrentos (origem de 3 guerras civis) denotativos do contínuo embate entre grupos político-sociais, uns hegemônicos e outros em ascensão, e a disputa entre eles para controlar o executivo e as benesses do Estado, exatamente como se assistiu na administração Balmaceda. Por outro lado, também registra uma sociedade complexa, dinâmica e relações muito conflituosas entre trabalhadores (“inquilinos” e mineiros) e seus patrões.

Por fim, a interpretação do episódio Balmaceda como uma “aparição imprevista na história chilena, e evocação do gênio sul-americano da ditadura”, ou “uma avalanche – nada mais, que se desprendera com fragor dos cimos nevados [da cordilheira dos Andes], – lembra a leitura de Victor Hugo, em *Napoléon, Le Petit*, para o golpe de estado perpetrado por Luís Bonaparte no 10 de dezembro de 1851, interpretado pelo dramaturgo como inesperada “traição”.(HUGO, 1996) Em outros termos, acompanhando Hugo e historiadores românticos de seu tempo, Nabuco, por sua vez, também transformou a “traição” e o suicídio de Balmaceda em drama e libelo político, fundamentado numa concepção da história que privilegia os heróis (bons ou maus), e que submete os comportamentos humanos e os eventos ao movimento reiterativo e à regularidade dos fenômenos da natureza. Ou, na crítica de Marx ao “18 Brumário de Luís Napoleão Bonaparte”, a Hugo e à historiografia liberal, uma memória que transfigura tragédias efetivas e as lutas nelas imbricadas, em farsas. (MARX:1978)

De fato, o historiador teceu um projeto político aristocrático e conservador para os países sul americanos fundamentado em uma representação do episódio Balmaceda, em diagnóstico valorativo sobre as origens dos problemas daquelas nações, e numa sentença política estigmatizante que as apequenou e condenou, por muitos anos, à tutela de uma Liga de sábios símile daquela, também sugerida por Francis Bacon, para o governo de sua imaginária Atlântida. Lamentavelmente, o poder de convencimento desse ato de memória/diagnóstico/sentença alicerçou um vaticínio longo, já que a

argumentação de Nabuco continuou a seduzir, inspirar e referenciar gerações de “novos sábios” e intérpretes do Brasil, que, assim como sua fonte, (re)confirmaram os vínculos entre memória, política e poder. (BRESCIANI, 2005:101-150)

### **Bibliografia Citada**

ARENDDT, H. *Da Revolução*. Trad. José R. Miney. S. Paulo, Ática; Brasília/E. da Universidade de Brasília, 1988.p34 e ss. .

BACON, Francis. *Novum Organum* ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. Trad. José Aluysio Reis de Andrade.S. Paulo:Abril cultural, 1973.

BURKE, E. *Reflections on the revolution in France*. (1790). London:Penguin Books, 1986

BRESCIANI, M. Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Ed.Unesp, 2005.

CERTEAU, Michel De - *L'Écriture de l'Histoire*. Paris, Gallimard, 1975

COLLIER, S. e SATER, W.F. *A history of Chile, 1808-1994*. Cambridge:Cambridge University Press, 1996.

ESPINOZA, Julio Bañados. *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891*. Paris:Garnier Hermanos, 1894.

HARTOG, François - *O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a Representação do Outro*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1999.

HUGO, Victor. *Napoleão – O Pequeno*. Trad. Márcia Aguiar. S. apUlo:Ensaio, 1996 (1ª. ed. 1852)

JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da República*. S. Paulo:Brasiliense, 1986.

KAHAN, Alan S. *Aristocratic Liberalism. The social and political thought of Jacob Burckhardt, John Stuart Mill and Alexis de Tocqueville*, with a new after word by the author. New Brunswick, N. Jersey: Transaction Publishers, 2001.

LEFORT, Claude - *As Formas da História*. Trad. Luiz Roberto S. Fortes e Marilena Chauí. S. Paulo, Brasiliense, 1979;

*Pensando o Político. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia:EDUFU, 2008.

MARX, Karl. ““O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte””. IN: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros Textos Escolhidos*. Seleção de textos de José A. Giannotti. Trad. José Carlos Bruni [et al.] 2ª. ed. S. Paulo, Abril Cultural, 1978.

NABUCO, Joaquim. *Porque continuo a ser monarquista. Carta ao Diário do Commercio*. Londres, Abraham Kingdon & Newham Impressores, 1890.

\_\_\_\_\_ *Balmaceda*. R.J., Typ. Leuzinger, 1895.

\_\_\_\_\_ *A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada*. R.J. Typ.

Leuzinger, 1896.

\_\_\_\_\_. *O Dever dos Monarquistas. Carta ao almirante Jaceguay*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

\_\_\_\_\_. *Cartas a Amigos*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. S. Paulo, IPÊ, 1949. v. 1-2.

\_\_\_\_\_. *Minha Formação*. Intr. de G. Freyre. 5a. ed. Brasília, Ed. da UNB, 1963.

\_\_\_\_\_. *O Abolicionismo*. Intr. de Marco A. Nogueira. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. *Diários*. (1889-1910) Prefácios e notas de Evaldo Cabral de Mello. R. de Janeiro: Bem te Vi Produções Literárias; Recife: Ed. Massangana, -Fundaj, 2005. 2 v.

\_\_\_\_\_. *A Escravidão*. Compilação de José Antonio Gonçalves de Mello; apresentação de Leonardo Dantas Silva; prefácio de Manuel Correia de Andrade. Recife: Fundaj/Ed. Massangana, 1988 (2ª. ed. comemorativa)

\_\_\_\_\_. *Balmaceda*. S. Paulo: Cosac Naif, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles. *Os radicais da república*. S. Paulo: Brasiliense, 1986.

REY, Alain. “*Révolution*”. *Histoire d’un mot*. Paris, Gallimard, 1989.

TAINÉ, Hippolyte. *Les origines de la France contemporaine*. Paris: Hachette, 1904. vol V-VI.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. Trad. Yvonne Jean. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979.

ZEITLIN, Maurice. *The Civil Wars in Chile* (or the bourgeois revolutions that never were). Princeton: Princeton University Press, 1984.